



CONVENÇÃO EUROPEIA
SECRETARIADO

Bruxelas, 15 de Julho de 2002
(OR. fr)

CONV 188/02

WG I 7

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre o Princípio da Subsidiariedade (Grupo I)
Assunto:	Nota de síntese da reunião de 10 de Julho de 2002

Na sua reunião de 10 de Julho, o Grupo de Trabalho I concluiu a fase de auscultação sobre a questão do princípio da subsidiariedade.

Heinrich Hoffschulte, primeiro Vice-Presidente do CMRE (Conselho dos Municípios e Regiões da Europa), referiu-se à aplicação do princípio da subsidiariedade nas relações entre as entidades descentralizadas e os Estados, nomeadamente no tocante aos municípios e às regiões. H. Hoffschulte afirmou que, nos Estados descentralizados em que existe também um controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade, a experiência havia demonstrado a necessidade de integrar os municípios nesse controlo. Sublinhou ainda a importância do princípio da conexão neste contexto, atendendo a que o verdadeiro controlo se exerce através dos meios orçamentais. Por conseguinte, qualquer atribuição de tarefas aos municípios deve ser acompanhada dos meios financeiros correspondentes.

Em resposta às intervenções de determinados membros do Grupo, que consideraram que a repartição das tarefas no interior dos Estados devia continuar a ser da competência destes últimos e que era necessário evitar transferir para o nível europeu problemas que deviam ser resolvidos no interior de cada Estado, H. Hoffschulte esclareceu que não defendia que a Europa resolvesse o problema das relações entre as entidades descentralizadas e o Estado, mas antes que se devia evitar reproduzir a nível europeu os erros que possam ter sido cometidos a nível nacional.

Jacques Arrighi de Casanova, Conselheiro de Estado, apresentou o papel do Conselho de Estado e do Conselho Constitucional franceses no controlo da constitucionalidade das leis. O Conselho de Estado desempenha um papel consultivo e intervém antes da apresentação pelo governo de um projecto de lei, emitindo pareceres sobre a conformidade dos projectos de lei do governo com a Constituição. O papel do Conselho Constitucional consiste em analisar a conformidade das leis aprovadas com a Constituição, antes da entrada em vigor das mesmas. Esta análise é realizada de modo sistemático no que se refere às leis relacionadas com o funcionamento das Instituições (leis orgânicas) e, no caso das leis ordinárias, a pedido do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, dos Presidentes da Assembleia Nacional e do Senado, bem como, desde 1974, de 60 deputados e 60 Senadores. O pedido de intervenção do Conselho Constitucional é formulado antes da promulgação da lei, devendo ser apresentado no prazo de quinze dias após a aprovação da lei pelo Parlamento. O Conselho Constitucional dispõe então de um prazo de um mês para se pronunciar. A decisão do Conselho Constitucional pode incidir sobre todo o texto que lhe é apresentado ou sobre parte dele e tem carácter obrigatório. A lei não poderá voltar a ser sujeita a um controlo de constitucionalidade, mas o juiz conserva a possibilidade de impedir que seja aplicada por outros motivos, por exemplo, dando primazia à legislação internacional europeia sobre a lei nacional. O Conselho Constitucional é composto por nove membros, cujos mandatos são renováveis três a três. Trata-se de um órgão de natureza tanto política como jurisdicional, que na prática tem sido constituído por personalidades de alto nível que exerceram uma actividade política e/ou por juristas conceituados.

O Professor Andreas Maurer assinalou que a forma como os parlamentos nacionais controlam o princípio da subsidiariedade foi objecto de um documento exaustivo enviado aos membros do Grupo. A. Maurer explicou o modo como, em certos sistemas, os parlamentos nacionais exercem um controlo sobre os seus governos (por exemplo, na Alemanha realiza-se anualmente um debate sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade). A. Maurer observou que, apesar da possibilidade que lhe é oferecida no Protocolo sobre os Parlamentos Nacionais, a COSAC até agora não se

debruçou sobre os problemas legislativos da União Europeia, embora, após a reunião de Helsínquia, tenha começado a manifestar maior interesse pelas questões políticas. A. Maurer fez um balanço globalmente moderado dos trabalhos da COSAC e exprimiu dúvidas de que as competências desta instância possam ser alargadas para melhorar o controlo da subsidiariedade para além das possibilidades de que já hoje dispõe.

Por outro lado, A. Maurer defendeu um reforço da cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu no controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade através do controlo do programa legislativo da Comissão.

A. Maurer considerou que não se deve criar uma nova instância composta por parlamentos nacionais, mas antes consolidar o mecanismo de controlo dos parlamentos nacionais sobre os seus governos, por exemplo prevendo no Protocolo sobre os Parlamentos Nacionais um prazo de seis semanas entre a apresentação de uma proposta pela Comissão e a sua aprovação, a fim de permitir que os parlamentos nacionais analisem a observância do princípio da subsidiariedade.

A concluir, Iñigo Méndez de Vigo anunciou que se realizará, no dia 22 de Julho de manhã (das 10h00 às 13h00), uma reunião conjunta do Grupo com o Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais, que será seguida, durante a tarde (das 15h00 às 18h30), de um debate de fundo à luz das questões evocadas por ocasião das diversas auscultações.

Na sequência da reunião de 22 de Julho, será apresentado aos membros do Grupo um primeiro projecto de relatório à Convenção sobre o princípio da subsidiariedade, que será debatido na reunião de 9 de Setembro. A reunião inicialmente prevista para 29 de Julho foi anulada.
